

CURRICULUM VITAE

INÁCIO MOACIR CATUNDA MARTINS

Nascido em Santa Quitéria, Estado do Ceará, em 26 de março de 1915, filho de Francisco Martins Filho, comerciante, proprietário e agricultor e Noeme Catunda Martins.

Casado com D. Maria de Jesus de Melo Catunda Martins, natural de São Benedito, Ceará, filha de Francisco Ferreira de Melo e D. Maria Elisa Gomes de Melo.

Desse consórcio nasceram os seguintes filhos: Francisco Moacir de Melo Catunda Martins, médico, professor e psicólogo; Maria Imaculada Catunda Bradaschia, professora; e José Gerardo de Melo Catunda Martins, advogado e economista.

VIDA ESCOLAR

- Curso secundário no Colégio São Luiz, de Fortaleza, dirigido por Francisco de Menezes Pimentel, famoso político e educador;

- Curso universitário na Faculdade de Direito do Ceará, onde se formou em Ciências Jurídicas e Sociais, em dezembro de 1940, integrando a Turma "Professor José de Borba Vasconcelos".

VIDA PROFISSIONAL

- Jornalista, durante o tempo de estudante;
- Solicitador Acadêmico;
- Advogado em 1941 e 1942;
- Juiz Municipal em 1941, por concurso de provas e títulos, em exercício, em Tamboril-CE;
- Removido para Nova Russas em 1944 e para Comocim-CE em 1946;
- Adquirindo vitaliciedade, foi Juiz de Direito de 1ª entrância, aproveitado na Comarca de Itapagé-CE;
- Em 1951, foi promovido por merecimento e mandado servir na Comarca de Viçosa-CE, de 2ª entrância;
- Em 1953, ainda por merecimento, foi promovido à 3ª entrância, para servir na Comarca de Russas-CE;

- Posteriormente, exerceu o cargo, em comissão, de Juiz Corregedor-Geral do Estado do Ceará;
- Promovido, por merecimento, para a 2ª Vara da Comarca de Sobral-CE, de 4ª entrância;
- Em 1959, foi transferido para a Comarca de Fortaleza, em cuja 3ª Vara Criminal serviu até 1961;
- Por merecimento, foi promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por Ato de 29/08/1961, do Dr. José Parsifal Barroso, então Governador do Ceará;
- Juiz Eleitoral em diversas Comarcas;
- Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará;
- Instrutor de Ensino da Faculdade de Direito do Ceará, tendo publicado na Revista "Jurisprudência e Doutrina" decisões sobre matéria de Direito Administrativo, Civil e Penal. Possui, inédito, um ensaio sobre "Relações de Vizinhaça";
- Nomeado Ministro do Tribunal Federal de Recursos, por Ato de 16/02/1966, do Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, em vaga criada pelo Ato Institucional nº 2, de 27/02/1966. Tomou posse em 18/03/1966;
- Eleito Corregedor-Geral da Justiça Federal para o biênio de 23/06/1969 a 23/06/1971;
- Em 1971, foi eleito para o cargo de Juiz Substituto do Tribunal Superior Eleitoral;
- Em 1972, eleito Juiz efetivo do Tribunal Superior Eleitoral para o biênio de 15/08/1972 a 15/08/1974;
- Em 1973, eleito Diretor da Revista do Tribunal Federal de Recursos para o biênio de 23/06/1973 a 23/06/1975;
- Designado para compor a Comissão de Promoções dos Servidores, sob a Presidência do Exmo. Sr. Ministro Amarílio Benjamin, nos termos da Resolução nº 11, de 28/08/1972;
- Em 1974, reconduzido ao cargo de Juiz efetivo do Tribunal Superior Eleitoral para o biênio de 16/08/1974 a 16/08/1976;
- Eleito Vice-Presidente do Tribunal Federal de Recursos, em virtude da aposentadoria do Vice-Presidente, Ministro Esdras Gueiros, no biênio de 1973/1975. Tomou posse em 25/03/1975;

- Eleito Presidente do Tribunal Federal de Recursos para o biênio de 23/06/1975 a 23/06/1977, em Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, realizada em 05/06/1975. Tomou posse em 23/06/1975;
- Designado para exercer a Presidência da 5ª Turma, a partir de 23/06/1980, nos termos da Resolução nº 19, de 18/06/1980;
- No Tribunal Federal de Recursos proferiu milhares de julgamentos, dentre os quais tem especial apreço pelo instrumento no Mandado de Segurança nº 74.607-DF (DJ 19/11/1974), publicado na Revista do TFR, vol. 46, pág. 79, e em diversas revistas jurídicas.

CONDECORAÇÕES E MEDALHAS

- Admitido à Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, do Tribunal Superior do Trabalho, no grau de Grande Oficial, pelas Resoluções de 11/11/1970 e 23/08/1972, do Conselho Superior do Mérito Judiciário do Trabalho;
- Agraciado com a medalha comemorativa do Dia do Servidor Público, outorgada pela Associação dos Servidores Cíveis do Brasil em 28/10/1975;
- Medalha Valdetário Pinheiro Mota, outorgada pela Associação Cearense dos Magistrados, em 12/02/1976;
- Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário Militar, em diploma expedido em 01/04/1976;
- Condecorado com a Grã-Cruz da Ordem do Mérito de Brasília, por Ato do Governador Elmo Serejo de Farias, em 19/04/1976;
- Grau de Grande Oficial da Ordem do Rio Branco, por Decreto Presidencial de 06/04/1977;
- Admitido no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar, no grau de Grande Oficial, por Decreto Presidencial de 28/07/1977;
- Comenda da Ordem do Mérito Judiciário Grã-Cruz, conferida pelo Tribunal Superior do Trabalho, em 18/08/1983;
- Comenda da Ordem do Mérito das Comunicações no grau de Grande Oficial, conferida por Decreto Presidencial de 10/05/1984.